

do café à cana-de-açúcar: o impacto das transformações econômicas nas relações de trabalho na microrregião de ribeirão preto (sp), entre 1945 e 1985*

from coffee to sugar cane: the impact of economic transformations on labor relations in the micro-region of ribeirão preto (sp), between 1945 and 1985

Iliane Jesuína da Silva**

Departamento de Economia, Academia da Força Aérea, Pirassununga, São Paulo, Brasil

Jorge Henrique Caldeira de Oliveira***

Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Lélio Luiz de Oliveira♦

Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

RESUMO

Demonstração das mudanças nas relações de trabalho no campo, na microrregião de Ribeirão Preto (SP), entre 1945 e 1985, diante da transição da cafeicultura para a cana-de-açúcar.

Palavras-chave: Relações de trabalho. Cafeicultura. Produção de cana-de-açúcar.

ABSTRACT

Demonstration of changes in labor relations in the field, in the micro-region of Ribeirão Preto (SP), between 1945 and 1985, in the transition from coffee cultivation to sugar cane.

Keywords: Labor relations. Coffee cultivation. Sugar cane production.

* Submetido: 4 de outubro de 2016; aceito: 20 de abril de 2017.

** Professora associada da Academia da Força Aérea. Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas. *E-mail:* ijs50@hotmail.com

*** Professor livre-docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. *E-mail:* jorgecaldeira@usp.br

♦ Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. *E-mail:* lelio@fearp.usp.br

Introdução

O objetivo deste trabalho é demonstrar as mudanças nas relações de trabalho no campo, na região de Ribeirão Preto (SP), especialmente entre 1945 e 1985, quando houve a necessidade de adaptações dos resquícios da crise econômica de 1929, provocando o redirecionamento da produção – antes amparada na cafeicultura – para o cultivo de algodão e cana-de-açúcar, além do atendimento ao mercado interno. Para tanto, a princípio foi realizada a contextualização compreendendo os antecedentes econômicos do nordeste paulista e a demonstração das modificações na agricultura nacional e regional, priorizando a transição da cafeicultura para a cana-de-açúcar. Na sequência, a demonstração das transformações das práticas econômicas e principalmente do emprego da mão de obra, baseando-se em dados censitários e processos trabalhistas.

1. Contexto histórico

Até as décadas finais do século XIX, a economia da região do nordeste do estado de São Paulo movia-se em decorrência de um mosaico de atividades direcionadas para o mercado interno – agricultura e pecuária (Oliveira, 1997). Na transição para o século XX, notadamente após a chegada da ferrovia, a cafeicultura tornou-se o centro dinâmico sem deixar de diversificar as práticas econômicas (Melo, 2009; Santos, 2004), pelo menos até a década de 1920. Dentro dessas condições ocorreu a transição da mão de obra escrava para a livre, incluindo a imigração, que impactou a região (Lanza; Lamounier, 2015).

Devido ao vínculo com a economia de exportação baseada na cafeicultura, a região de Ribeirão Preto (SP) foi grandemente abalada pela crise de 1929 (Zamboni, 1979). Paralelamente ao declínio da cafeicultura, novos investimentos foram realizados na cana-de-açúcar, dando resultados concretos a partir de 1940, processo que modificou as relações de trabalho no campo (Alves, 1991; Garcia, 1994; Rosa, 1997).

No contexto maior da economia brasileira, desde o início do século XX, verificavam-se modificações na estrutura produtiva, tanto que em 1907 mais de dois terços da produção agrícola teriam sido destinados à exportação, e, em contrapartida, em 1939 o volume seria de um terço

(Vilella; Suzigan, 1975), sabendo-se que, entre os fatores condicionantes, estariam (1) o crescimento populacional e a urbanização, e (2) as novas técnicas de produção (Fausto, 1981). A partir de 1930, ocorreram a expansão acentuada da agricultura e o uso das terras mais próximas às áreas urbanizadas, e o início da utilização do cerrado para a agricultura em larga escala, afastando a pecuária de baixa produtividade que servia essas áreas (Kageyama, 1987). Uma alternativa atraente na década de 1930 era o algodão, sabendo-se que os preços pagos pelo produto foram favorecidos pelo crescimento da indústria têxtil no Brasil (Milliet, 1982; Mello, 1983), além dos investimentos continuados desde longa data nos canais e da indústria do açúcar (Petroni, 1976; Melo, 2009), o que reafirma que, mesmo no período de predominância da cafeicultura, não havia nem de longe a monocultura (Santos, 2004).

Após a crise política e econômica – que desembocou no regime militar –, a economia brasileira cresceu rapidamente no início da década de 1970, sendo freada pelas crises do petróleo que, entre outros infortúnios, provocaram inflação e déficit na balança comercial (Abreu, 2014). Como reação, no final da década de 1970, o governo brasileiro instituiu o Programa Nacional de Proálcool, visando estimular uma forte alternativa de energia aos derivados de petróleo (Szmrecsányi; Moreira, 1991). Consequentemente, ampliou-se rapidamente a produção da cana-de-açúcar no Brasil, em especial no estado de São Paulo, concorrendo com outras culturas. As áreas de cultivo de café, arroz e algodão sofreram retração, enquanto houve aumento moderado do feijão e milho, e a área plantada de cana-de-açúcar aumentou em 268,75% (Tabela 1).

Tabela 1 – Área cultivada com as principais lavouras do estado de São Paulo, 1960-1980

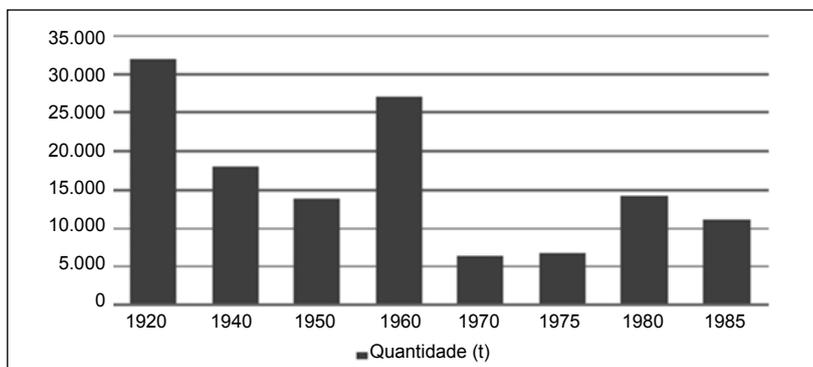
ANOS	ÁREA EM HECTARES					
	Algodão	Arroz	Cana-de-açúcar	Café	Feijão	Milho
1960	408.297	488.491	291.013	1.285.535	185.625	398.655
1980	236.687	259.633	1.073.120	821.046	306.219	1.006.103

Fontes: IBGE (1960), Brasil (1984).

Ao retomar as origens econômicas da microrregião de Ribeirão Preto, dentro do contexto acima, sabe-se que a cafeicultura se adaptou amplamente nessa área, no final do século XIX (Marcondes, 2007). O cultivo da rubiácea chegou ao nordeste paulista após um longo caminho

desde o Vale do Paraíba, passando pela região de Campinas, chegando ao chamado Oeste Paulista, atingindo o ápice de produção. Isso só foi possível através da melhoria dos transportes por meio da ferrovia e do uso do solo fértil – a terra roxa (Matos, 1990) –, bem como da disponibilidade de mão de obra nacional e estrangeira (Lanza; Lamounier, 2015). A produtividade foi superior às regiões tradicionais devido às novas técnicas empregadas no plantio, além do uso de maquinários para o beneficiamento dos grãos (Oliveira, 2003, 2006; Gifun, 1972). Contudo, depois da superprodução na virada do século XIX para o XX, a partir da década de 1920 o número de cafeeiros e conseqüentemente a produção começaram a diminuir, sendo ainda a região fortemente impactada pela crise de 1929. Entre idas e vindas, a produção de café diminuiu 65,20% entre 1920 e 1985 (Gráfico 1). Em contrapartida, no decorrer da segunda metade do século XX, a cana-de-açúcar ganhou terreno, sabendo-se que os produtos mais importantes (em termos de área cultivada) foram registrados: cana-de-açúcar (40%), milho (22,57%), algodão (8,49%), arroz (5,88%), café (3,77%) e soja (1,28%), totalizando 82,02% da área utilizada para a agricultura (IBGE, 1970). Na primeira metade da década de 1970, a área da cana crescia a uma taxa de aproximadamente 8% ao ano, impulsionada também pelas boas condições do mercado internacional para os subprodutos. Na mesma década o estímulo fornecido pelo Proálcool imprimiu uma taxa de crescimento médio anual da área cultivada em 12% ao ano (Toyama, 1982).

Gráfico 1 – Quantidade de café produzido na microrregião de Ribeirão Preto, 1920-1985



Fontes: IBGE (1924, 1950a, 1950b, 1960), Brasil (1971, 1979, 1984, 1985).

A modernização agrícola – na área em estudo – tornou-se cada vez mais visível a partir de 1960, sendo incrementada nas décadas seguintes. O capital privado e o forte apoio governamental (Ramos; Szmrecsányi, 2002) promoveram os ganhos de produtividade e o estabelecimento de indústrias de transformação de produtos primários. Contudo, o avanço tecnológico foi decorrente de um longo processo oriundo desde a expansão da cafeicultura, o desenvolvimento da indústria mecânica voltada para a produção de máquinas e equipamentos utilizados no campo, que passou a ser chamado de agronegócio (Rossini, 1999, p. 207). Os tratores representavam o principal símbolo da mecanização agrícola. Entre 1940 e 1950, o número de tratores foi multiplicado por 5,77, e, em 1960, por 3,18. A taxa continuou a crescer na década de 1970, e, entre 1975 e 1980, o número desses equipamentos foi multiplicado por 1,25, e, nos cinco anos seguintes, por 1,04 (Tabela 2).

Tabela 2 – Máquinas (tratores) incluídas no censo das fazendas da microrregião de Ribeirão Preto

ANOS	INQUIRIDOS	TOTAL NÚMERO DE TRATORES	TRATORES DE MENOS DE 10 HP	TRATORES DE POTÊNCIA ENTRE 10 HP E 50 HP	TRATORES DE POTÊNCIA ENTRE 50 HP E 100 HP	TRATORES DE 100 HP OU MAIS
1940	**	56	6	50	**	**
1950*	161	323	22	301	**	**
1960*	485	1.028	63	786	179	**
1970	1.228	2.838	91	1.073	1.539	135
1975	1.625	4.143	56	1.088	2.664	335
1980	1.813	5.171	51	747	3.621	752
1985*	1.765	5.381	107	723	3.562	989

Fontes: IBGE (1950a, 1960), Brasil (1971, 1979, 1984, 1985).

* Para o ano de 1950, os dados foram agrupados como 10 hp e mais; para o ano de 1960, os 50 hp e mais foram agrupados. Para o ano de 1985, os dados de menos de 20 hp e entre 20 hp e 50 hp foram agrupados, e foram apresentados entre 10 hp e menos de 50 hp.

** Dados não mostrados no censo.

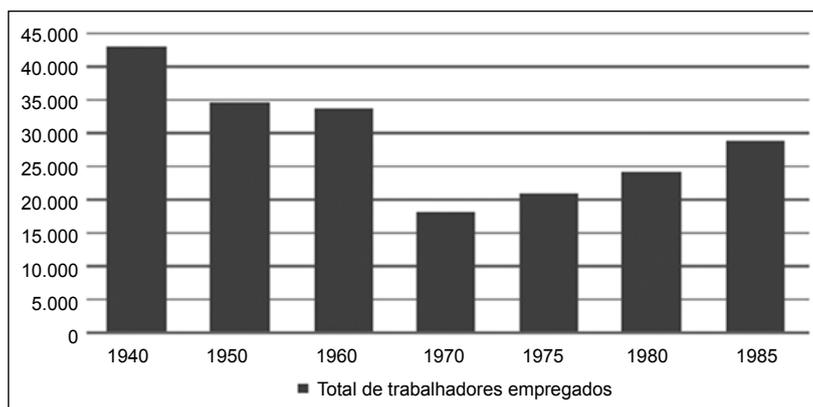
Tudo somado exigiu aumento do capital constante – principalmente devido à valorização da terra, ao uso obrigatório de máquinas caras e ao pagamento dos direitos trabalhistas obrigatórios. Assim sendo, apenas as empresas de grande porte conseguiam sustentar-se de forma perene na região, implicando a redução do número de pequenos proprietários e da concentração de terras nas mãos dos sócios das usinas de açúcar e álcool, maiores produtores de cana-de-açúcar.

2. As alterações nas relações de trabalho em Ribeirão Preto

Os efeitos dessa modernização na agricultura foram impactantes na estrutura de produção, nas relações sociais e inclusive sobre a força de trabalho. Na microrregião de Ribeirão Preto, as transformações e os efeitos de tal modernização, notadamente sobre as relações de trabalho, podem ser notados a partir de dados estatísticos e dos processos trabalhistas.

Ao verificar o número de trabalhadores na agricultura, percebe-se que em 1940 foram recenseadas 43.050 pessoas. Adiante, em 1980 esse número recuou para 24.012 empregados, crescendo ligeiramente em 1986 para 28.766 trabalhadores (Gráfico 2). Considerando, é claro, a quase extinção das formas de parceria oriundas no final do século XIX e implementadas naquele período em toda região (Faleiros, 2010).

Gráfico 2 – Número total de trabalhadores empregados na área agrícola da microrregião de Ribeirão Preto, 1940-1985



Fontes: IBGE (1950a, 1960), Brasil (1971, 1979, 1984, 1985).

A redução do número de trabalhadores no campo, durante o século XX, advém de vários fatores, entre eles o processo de mecanização das práticas agrícolas e da diversificação dos produtos incentivados pela demanda dos mercados e das alterações da exigência da quantidade de trabalhadores para cada cultivo. O café exigia mais força de trabalho constante do que a cana-de-açúcar e a soja.

Em 1940 apenas 2,97% dos trabalhadores agrícolas eram temporários ou sazonais. Essa porcentagem aumentou imensamente na década de 1960, quando passou a ser de 37,01%. De acordo com os censos, ocorreu uma redução para 28,58% em 1980 e para 18,45% em 1985 (Tabela 3), sabendo-se que a redução teria sido em consequência direta da mecanização avançada e da necessidade de cumprimento das legislações trabalhistas vinculadas aos trabalhadores temporários. Um exemplo disso foi a promulgação do Estatuto do trabalhador rural em 1963. Antes dessa lei prevalecia os contratos informais entre empregadores e empregados, sendo (parcialmente) substituídos por contratos escritos e mais fiscalizados, que implicavam benefícios, como férias, descanso semanal remunerado e 13º salário, entre outros.

Tabela 3 – Trabalhadores permanentes e temporários na área agrícola da microrregião de Ribeirão Preto, 1940-1985

ANOS	NÚMERO TOTAL DE TRABALHOS OCUPADOS		PERMANENTES		TEMPORÁRIOS	
	Número	%	Número	%	Número	%
1940	43.050	100	41.771	97,03	1.279	2,97
1950	34.592	100	29.666	85,76	4.926	14,24
1960	33.628	100	21.183	62,99	12.445	37,01
1970	17.965	100	11.650	64,85	6.315	35,15
1975	20.841	100	14.705	70,56	6.136	29,44
1980	24.012	100	17.149	71,42	6.863	28,58
1985	28.766	100	23.460	81,55	5.306	18,45

Fontes: IBGE (1950a, 1960), Brasil (1971, 1979, 1984, 1985).

O que poderia ser uma vitória para os trabalhadores resultante da legislação provocou um comportamento não previsto pelos legisladores: expulsão dos trabalhadores rurais do campo e menos incentivos à contratação de trabalhadores perenes, dando prioridade aos temporários.

Outro resultado obtido é no sentido de que, no campo em Ribeirão Preto, houve uma redução do número de trabalhadoras do sexo feminino, pois, entre 1940 e 1960, elas representavam 23% do total de trabalhadores em média. Essa porcentagem diminuiu em até 15% nos períodos subsequentes. Da mesma forma, também houve uma redução significativa de trabalhadores com idade de 14 anos ou menos nas fazendas. Entre 1940 e 1960, estes representavam mais de 13% dos trabalhadores,

caindo para apenas 5% nas décadas posteriores. A implementação das leis trabalhistas e a opção pelo trabalho temporário por parte dos empresários resultaram no êxodo rural e no inchaço das periferias das cidades.

3. As relações de trabalho por meio de processos trabalhistas

Os dados apresentados, a seguir, foram coletados nos processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, no período de 1957 a 1985. O primeiro ano refere-se à criação do primeiro Conselho de Administração da cidade. A Tabela 4 mostra o número de ações ajuizadas pelo Conselho de Administração e o número de ações ajuizadas por trabalhadores rurais.

As relações de trabalho na agricultura mudaram consideravelmente entre 1957 e 1985. Os antigos colonos tornaram-se menos importantes se comparados aos mensalistas e diaristas, e ainda aqueles trabalhadores pagos somente de acordo com a produção (Tabela 4). Os colonos eram residentes permanentes nas propriedades e cultivavam uma pequena área para o sustento e prestavam seus serviços na terra dos empresários ou estabeleciam outras formas de remuneração, como a parceria ou o arrendamento (Faleiros, 2010).

Tabela 4 – Processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, 1957-1985

	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Ações movidas por trabalhadores agrícolas	189	197	772	355	243	106	67	172	324
Número total de processos judiciais	756	821	2.144	2.298	1.816	1.499	1.721	2.446	3.250

Fonte: dados primários. Processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Em 1957 os colonos representavam a importante fração de 49,57% dos trabalhadores. No ano seguinte, houve diminuição significativa, fato que perdurou nos anos subsequentes. No final do período estudado, em 1985, os colonos passaram a representar apenas 0,93% da mão de obra ocupada na agricultura. Ao mesmo tempo, até 1974, houve um aumento

no número de trabalhadores mensalistas, que representavam 52,83%. Contudo, desde aquele ano de 1974, esse grupo foi reduzido a 29,01% em 1985. Sabendo-se que nesse período ocorreu também o processo de divisão social do trabalho entre aqueles que cuidavam do trabalho rotineiro e os outros contratados temporariamente no período da colheita.

De acordo com a Tabela 5, aqueles que trabalhavam por dia, por tarefa ou por empreitada passaram, no decorrer do tempo, a ser os mais representativos. Esses três grupos de temporários, conforme os dados indicam, aumentaram em cerca de 98% no período. Em 1957 representavam 35,45% do total e em 1985 respondiam por 70,06% dos trabalhadores. Na década de 1960, o aumento foi visivelmente maior, desacelerando no início da década de 1970, voltando a subir no ano de 1974.

É de notar que especialmente os trabalhadores remunerados de acordo com a produção diária tiveram um importante aumento, e em 1957 correspondiam a apenas 1,06%, enquanto em 1985 eram quase um quarto da força de trabalho (22,53%).

Tabela 5 – Mudanças no sistema de pagamento do trabalhador rural, 1957-1985 (%)

	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Colono	49,74	23,86	9,72	1,69	5,35	4,72	2,99	2,33	0,93
Diarista	28,57	48,22	44,43	49,58	32,51	33,96	29,85	40,70	29,94
Mensalista	14,81	19,29	26,17	34,08	41,98	52,83	40,30	42,44	29,01
Tarefista (por dia)	5,82	6,60	16,84	9,86	9,88	3,77	10,45	3,49	17,59
Trabalhador por peça	1,06	2,03	2,85	4,79	10,29	4,72	16,42	11,05	22,53
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: dados primários. Processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

O crescimento da mão de obra temporária – com diversas feições – coincide diretamente com o período de incentivo governamental para produção de álcool combustível. Noutros termos, o amplo cultivo da cana-de-açúcar teria sido responsável pelo crescimento do trabalho temporário na região, pois demanda um grande lote de força de trabalho especialmente no período da colheita.

Em 1957, 84,13% dos empregados no setor agrícola residiam no campo. Ao verificar o ano de 1985, percebe-se que houve uma inversão, e 85,19% desses trabalhadores continuavam a atuar em atividades rurais,

porém passaram a residir no meio urbano. Sabendo-se que o ponto de inflexão foi o ano de 1970, pois até esse ano pelo menos 50% desses indivíduos ainda permaneciam no campo (Tabela 6). A exemplo de outras áreas paulistas, a migração em Ribeirão Preto foi maior do que em regiões do Nordeste do país. Ressalte-se que esse processo começou a ocorrer mesmo antes da aplicação do Estatuto do trabalhador rural e do Estatuto da terra.

Tabela 6 – Residência dos trabalhadores rurais, 1957-1985 (%)

	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Campo	84,13	75,13	66,06	57,46	38,68	42,45	26,87	15,12	14,81
Cidade	15,87	24,37	33,94	42,54	61,32	57,55	73,13	84,88	85,19
Residência não registrada	0	0,51	0	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: dados primários. Processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Diante do impacto do Proálcool e da valorização das terras, os proprietários liberavam cada vez mais áreas a serem destinadas à produção da cana-de-açúcar, o que prejudicava os trabalhadores permanentes que ocupavam parcelas com a policultura, visando ao sustento e mesmo a uma fração do mercado. *Pari passu*, conforme os censos demográficos, ocorreu o crescimento desordenado das periferias das cidades onde as grandes usinas foram implantadas.

As pequenas cidades, no entorno de Ribeirão Preto, receberam migrantes desempregados de regiões próximas que transitavam conforme as safras de cana-de-açúcar, café ou laranja. Outro grupo de pessoas encontrado nesse período é de pequenos proprietários do norte de Minas Gerais, que se estabeleciam na região temporariamente, em alguns meses do ano, com o objetivo de levar recursos para as localidades de origem.

O aumento constante da prática do trabalho temporário fez surgir a figura do intermediário entre o agricultor e os trabalhadores. O intermediário – empreiteiros da força de trabalho – era quem arrebanhava os trabalhadores nas periferias das cidades e deslocava para as fazendas diariamente. O vínculo entre proprietários rurais e trabalhadores tornava-se cada vez mais frágil.

Os contratadores tinham origem rural e às vezes vínculos de longa data com os trabalhadores, antigos vizinhos por exemplo. Porém, tinham

algun recurso a mais que possibilitava a compra de um caminhão, que poderia ser usado no transporte dos trabalhadores diaristas. Também percorriam as regiões pobres próximas, inclusive em municípios mineiros, recrutando trabalhadores temporários. Depois, às vezes, responsabilizava-se em conseguir alojamento. Esses intermediários ficavam com aproximadamente 30% do valor dos contratos de trabalho. No início os contratantes de mão de obra atuavam de forma autônoma, porém, com o tempo, foram criadas cooperativas. Na prática havia uma interdependência entre o contratante intermediário e os trabalhadores, e estes regularmente se sentiam lesados.

Conforme a Tabela 7, percebe-se a atuação crescente dos empreiteiros pelo menos a partir de 1966. Nos anos 1978 e 1982, respectivamente 31,34% e 37,21% dos trabalhadores foram contratados por esses intermediários. Essa porcentagem foi reduzida em 1985.

Tabela 7 – Gestão da mão de obra, 1957-1985 (%)

	1957	1958	1963	1966	1971	1974	1978	1982	1985
Fazendeiro	0	0	0,78	0	0,41	0	1,49	2,91	0,61
Inquilino	98,94	94,42	91,06	88,73	85,60	93,40	67,16	59,88	81,79
Contratante	1,06	5,58	7,25	11,27	13,99	6,60	23,89	33,72	7,72
Ambos	0	0	0,91	0	0	0	7,46	3,49	9,88
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: dados primários. Processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Considerações finais

O estudo demonstra a transição de investimentos de grande vulto na microrregião de Ribeirão Preto, inicialmente na cafeicultura e na sequência na cana-de-açúcar e derivados, o que provocou um impacto de grande monta na força de trabalho empregada. A área escolhida, não por acaso, tornou-se um grande laboratório para a compreensão das modificações sofridas pelos trabalhadores do campo no decorrer do tempo.

De colonos desde o final do século XIX até a década de 1940, no início do avanço da cana-de-açúcar, os trabalhadores tornaram-se assalariados ainda residentes no campo e posteriormente – a partir de 1950 – passaram a ser temporários (“volantes ou boias-frias”), fixados nas periferias das cidades ou migrantes sazonais alojados, transportados dia-

riamente para as propriedades rurais, percebendo remuneração de acordo com a produção (tarefeiros), e ainda intermediados pelos empreiteiros de mão de obra.

Notadamente, a partir de 1960 vários fatores relacionados conduziram as transformações, entre elas o uso de maquinaria agrícola, a valorização das terras, a legislação sobre o uso das propriedades, o crescimento demográfico, bem como os vínculos trabalhistas. Tudo isso dentro de um contexto maior, especialmente na década de 1970, com incentivos pesados para a produção de álcool combustível, visando superar as crises do petróleo.

Fontes

- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Superintendência de Estatísticas Primárias. *Censo agropecuário Brasil 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos econômicos de 1975*. Censo agropecuário Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 2, t. 3, n. 1, 1984.
- BRASIL. Ministério da Fazenda e Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos econômicos de 1985*. Censo agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- IBGE. Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924.
- IBGE. *Recenseamento geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série nacional. Censos econômicos. Agrícola, industrial, comercial e de serviços. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950a.
- IBGE. *Recenseamento geral do Brasil, 1950*. Censos econômicos. Rio de Janeiro: IBGE/CNE/Serviço Nacional de Recenseamento, 1950b.
- IBGE. *Recenseamento geral do Brasil, 1960*. Censo agrícola de 1960. Rio de Janeiro: IBGE/Serviço Nacional de Recenseamento, 1960.
- PROCESSOS trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica no Brasil*. São Paulo: Elsevier, 2014.

- ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: luta dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto*. Campinas: UNICAMP, 1991 (Tese do Instituto de Economia da UNICAMP).
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Bauru: EDUSC, 2010.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FAUSTO, Boris (coord.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, 1889-1930*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- GARCIA, Maria Angélica Momenso. *Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1820-1930)*. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 1994 (Dissertação de Mestrado em História).
- GIFUN, Frederick Vicent. *Ribeirão Preto, 1880-1914: the rise of a coffee county, or the transition to coffee in São Paulo as seen through the development of its leading producer*. Gainesville: University of Florida, 1972.
- HOLLOWAY, Tomas. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KAGEYAMA, A. *A dinâmica da agricultura brasileira, 1965/1985*. Campinas: UNICAMP, 1987.
- LANZA, A. L.; LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1980-1913)*. *História Econômica & História e Empresas*, v. 1, p. 1-25, 2015.
- MARCONDES, Renato Leite. *O café em Ribeirão Preto (1890-1940)*. *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, p. 171-192, 2007.
- MATOS, Odilon de Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990.
- MELLO, Maria Regina Ciparrone. *A industrialização do algodão em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1983 (Coleção Debates, 180).
- MELO, José Evando Vieira de. *O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009 (Tese de Doutorado em História Econômica).
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira. *As transações imobiliárias de Ribeirão Preto de 1874 a 1899*. Araraquara: Faculdade de Economia, Universidade Estadual Paulista, 2003 (Dissertação de Mestrado em Economia).
- OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira. *Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias*. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2006 (Tese de Doutorado em História).

- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e história* – Franca, século XIX. Franca: FHDSS-UNESP, 1997 (História Local, 7).
- PESSOA, M. J. S. *Determinantes de diferenciais de salário e produtividade no corte de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1994.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. Tomo 3, v. 2. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 93-133.
- RAMOS, Pedro; SZMRECSÁNYI, Tamás. Evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista. *História Econômica & História de Empresas*, v. 5, n. 1, jul. 2002.
- ROSA, Lílian Rodrigues de Oliveira. *Comunistas em Ribeirão Preto, 1922-1948*. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 1997 (Dissertação de Mestrado em História).
- ROSSINI, R. E. Internacionalização e modernização: os anos 60 a 80. In: BRIOSCHI, Lucila R.; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Na estrada do Anhangueira: uma visão regional de história paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 203-240.
- SALLUM JÚNIOR, Brasília. *Capitalismo e cafeeicultura: Oeste Paulista, 1888/1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transformações da riqueza em Ribeirão Preto, 1920-1950*. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2004 (Tese de Doutorado em História).
- SZMRECSÁNYI, T. O.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n. 5, 1991.
- TOYAMA, Nelson Kazaki. *Crescimento agrícola e emprego: o caso de Ribeirão Preto nos anos 70*. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1982 (Dissertação de Mestrado em Economia).
- VILLELA, Annibal; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- WALKER, T. W. O surgimento do populismo no Brasil: um estudo do município de Ribeirão Preto. *Revista de Ciências Políticas*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 73-94, 1978.
- ZAMBONI, Sílvio Perini. *O café no norte paulista: a crise de 1929 na Fazenda Dumont*. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1979 (Dissertação de Mestrado).